


Mulher, mulheres, todas nós: Feminismo plural

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.010-015>

Cecília de Campos França

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo trazer a discussão sobre o feminismo plural com vista a evidenciar a história e seus desdobramentos ao longo dos tempos, as diferentes reivindicações e como tem sido difícil promover transformações nas sociedades. No entanto, apesar das dificuldades, muitas foram as mulheres em todos os tempos que lutaram por direitos. E por fim, trouxe algumas mulheres brasileiras que seguem sendo incansáveis nesta luta. Somos muitas nesta batalha e o nosso cotidiano mostra como nossa força se expressa.

Palavras-chave: Direito das Mulheres, Feminismo Plural, Todas Nós.



1 INTRODUÇÃO

Lugar de mulher
é onde ela quiser.
Barbi; Averbuck; Messias

Feminismo plural refere-se a diferentes ideologias e pautas reivindicatórias, ainda que, em alguns casos se tenha questões complementares. Farei a seguir uma breve exposição de alguns destes movimentos buscando pôr em relevo alguns pontos de divergência e convergência entre os feminismos. Vale deixar claro, desde o início, que o objetivo é trazer sucintamente alguns deles, pois esta temática é complexa. Trarei também a contextualização histórica destes movimentos.

Ao falar dos Direitos das Mulheres é fundamental que se conheça como fomos vistas ao longo da história ocidental. Durante séculos e séculos fomos proibidas de participar dos espaços públicos e não éramos consideradas cidadãs. O espaço reservado era o da casa, o espaço privado e os afazeres se restringiam ao trabalho doméstico e ao cuidado da família.

Na Antiguidade ocidental, sociedades como a Grécia e Egito negavam a leitura, a escrita e qualquer tipo de educação formal a todas. Na Idade Média continuávamos apartadas de quaisquer direitos políticos, liberdade e independência social. A Idade Média ficou marcada pela Inquisição e a brutal perseguição aos seus opositores, contestadores e a quem ousasse ser diferente das prescrições sociais, que não se enquadrassem no modelo prescrito pela Igreja Católica. As que ousassem subverter a posição que lhes era reservada, eram tidas como bruxas, perigosas e, via de regra, sentenciadas à morte e queimadas na fogueira inquisitorial (Politize; Mattos Filho, s/d).

Em 1789 período da Revolução Francesa, foram criados os primeiros direitos das mulheres. Estes foram consequência das denúncias e reivindicações que ativistas políticas como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft fizeram no continente europeu. Elas criticavam a exclusão sofrida por muitas que viviam sem condições de acesso à direitos básicos como educação, por exemplo. A luta delas era por educação e pela igualdade de direitos. Olympe de Gouges elaborou a primeira Declaração dos Direitos das Mulheres Cidadãs em 1791. Em 1793 foi sentenciada a morte na guilhotina. A luta por estes direitos cresceu por todo mundo. Foi somente, um século após a Revolução Francesa, em 1893 na sociedade da Nova Zelândia, depois de um período de protestos e campanhas, elas conseguiram o direito ao voto pela primeira vez. Como se pode verificar, estes direitos têm sido um enorme desafio quanto à sua materialização e reconhecimento. Importante salientar aqui que enquanto as mais abastadas lutavam pelo direito ao trabalho remunerado na esfera pública, as mais pobres sempre trabalharam em troca de salário, pois esta seria a única forma de se manterem (Politize; Mattos Filho, s/d).

Em 1789 James Madison, o quarto presidente norte-americano, elaborou a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, e sua esposa Dolley Madison o parabenizou por esta ação, ao

mesmo tempo em que o lembrou de estar em falta com as damas, pois estes direitos deveriam ser extensivos a elas também. Mesmo ele, que demonstrava uma consciência mais avançada para sua época, achou um absurdo a solicitação de elaborar uma Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã. Como vimos acima, mesmo na França da Revolução em que as pautas eram Liberdade, Igualdade e Fraternidade, os “revolucionários” não incluíram as mulheres nestas reivindicações, demonstrando seu conservadorismo (Politize; Mattos Filho, s/d).

Em 1945 com a criação da ONU – Organização das Nações Unidas - é que ocorreu o reconhecimento destes direitos, com a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tinha por objetivo defender a dignidade de todas as pessoas, sem exceção, tendo por premissa a igualdade. Foi a partir desta conquista que ganha destaque o reconhecimento das particularidades e necessidades dos grupos vulneráveis, como no caso do gênero feminino (Politize; Mattos Filho, s/d).

Em 1975 na Primeira Conferência Mundial Sobre a Mulher organizada pela ONU foi discutida a importância de criação de instrumentos que garantissem estes direitos em nível internacional. Como consequência desta ação foi criada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres em 1979. O documento visou promover os enfrentamentos das desigualdades de gênero e as práticas discriminatórias existentes, definindo que: “Discriminação contra a mulher significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo”. Este foi o documento pioneiro que abordou de forma ampla a questão de gênero em relação aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de nós mulheres. Esta Convenção ainda hoje é o principal Tratado Internacional destes direitos. Foi com este documento que os nossos direitos sexuais e reprodutivos foram reconhecidos internacionalmente, pois buscou nos trazer autonomia sobre o próprio corpo e o direito de expressar livremente nossa orientação sexual. Esta conquista visa contribuir com a nossa saúde e bem estar físico, mental e social, permitindo assim a livre expressão de nossa sexualidade. Este direito contribui ainda para enfrentar a violência sexual como a mutilação genital feminina que, segundo dados da OMS - Organização Mundial da Saúde - atinge 200 milhões de mulheres em todo o mundo, entre elas adolescentes e crianças. (Politize; Mattos Filho, s/d).

No Brasil a Constituição Federal representa um marco e um avanço na legislação quanto aos nossos direitos, pois seu texto fala em proteção e acesso a serviços de Saúde, a métodos contraceptivos, a informação e educação sexual e a possibilidade de expressar livremente sua orientação sexual. Estes direitos envolvem a questão do aborto, conforme o Código Penal. O aborto é autorizado quando a vida da gestante está em risco, em casos de estupro e quando o feto for anencéfalo. A CF/88 é o principal documento de defesa destes direitos e trata da igualdade entre os gêneros. Proíbe ainda a discriminação das mulheres no mercado de trabalho, fala de acesso a



bens e serviços como garantia de dignidade. Infelizmente a CF/88 não tem sido materializada nas ações governamentais, tão pouco no cotidiano que conta com altos índices de violência doméstica, feminicídio, miséria, fome, discriminação de toda ordem inclusive no mercado de trabalho, baixos salários, remuneração abaixo das recebidas por homens, desvalorização e vulnerabilidade. Nos espaços de poder como Congresso Nacional as mulheres somam 15% de presença, apesar da lei de 1997 estabelecer que os partidos políticos devem preencher suas candidaturas com 30% de pessoas do gênero feminino.

Dentre as vítimas de feminicídio, todos os dias no país, o Atlas da Violência (2021) mostra que 68% das que são assassinadas são negras. Atualmente temos a Lei Maria da Penha que visa combater este tipo de violência no país. No entanto, continuamos a morrer por este crime. O Direito, como um conjunto de normas e regras para disciplinar condutas, precisa ser mais ágil e aberto às dificuldades e reivindicações dos diversos movimentos em favor dos direitos das mulheres, pois não será possível consolidar democracia com racismo, desigualdades, violência, hierarquização de pessoas e grupos. A garantia de direitos está estreitamente ligada com comportamentos, estereótipos, preconceitos, discriminação em razão de classe social, raça, orientação sexual e que fazem muitas mulheres acessarem menos direitos que outras. É urgente que se elabore políticas públicas voltadas à proteção de todas, observando suas necessidades e diversidade, além de juntas, em solidariedade, propormos ações que possam repensar e tensionar ações, comportamentos, linguagem, discursos com a finalidade de desconstruir estas relações sociais formatadas no capitalismo patriarcal, opressor, violento e dominador.

Um breve resumo dos movimentos feministas identificados a partir do século XIX e começo do século XX está descrito a seguir. Neste período muitas se organizaram para conquistar direitos políticos. Depois da Segunda Grande Guerra reivindicavam o direito ao próprio corpo, prazer e contra a ideologia patriarcal. Nos anos 1990 a reivindicação se dá visando a diversidade das mulheres que se materializa em diversas intersecções nas quais a opressão é vivenciada com intensidades e formas diversas. Nos últimos tempos o que temos são manifestações coletivas para a manutenção de direitos conquistados e a luta contra a violência e a cultura do estupro pois estamos vivendo uma ascensão de ideias e posicionamentos fascistas (Pedro, 2018).

Mais recentemente, temos em construção o movimento feminino decolonial que se ocupa com a transformação social de forma radical e que visa, por meio da solidariedade e de sua internacionalização analisar criticamente as sociedades. Sua busca é por justiça social, emancipação e liberdade. Entre seus pressupostos está o antirracismo, o anti-imperialismo e a luta para o desmantelamento da sociedade patriarcal e do regime de heterossexualidade, visto como ideologia. Tratarei deste movimento, sucintamente, mais à frente.

O feminismo plural envolve a diversidade de movimentos que foram identificados ao longo da história da humanidade. Tem-se na literatura o denominado Feminismo Liberal ou hegemônico que concebeu as mulheres como homogêneas, além de não contar com a participação de negras e indígenas. Suas reivindicações eram pelo sufrágio universal e foi mobilizado em grande parte por protagonistas de classe mais abastada, brancas e com estudo, sem que fizessem referência a outras tantas, de classes sociais diversas e com diferentes urgências. Por isso, atualmente existe uma discussão a respeito de superação deste feminismo, pois ele não abarca um número significativo de mulheres tais como as indígenas, negras, lésbicas, e as que vivem nos países colonizados (Ribeiro, 2017).

Lélia Gonzalez reconheceu a importância para o Feminismo Negro Decolonial ter teoria e prática como instrumentos de combate das desigualdades e de enfrentamento da ordem capitalista e do patriarcado, colocando-se em busca de novas formas de ser mulher. No entanto, argumentou que as críticas ao capitalismo patriarcal, embora necessárias, são insuficientes como resposta às mulheres negras e indígenas da América Latina, pois precisaria incluir outro tipo de discriminação tão grave quanto as outras citadas: a opressão de caráter racial” (Gonzalez, 2020; Ribeiro, 2017, p.17). Falando de Lélia Gonzalez, Djamilia Ribeiro (2017, p.17) diz:

Gonzalez evidenciou as diferentes trajetórias de resistências dessas mulheres e defendeu um feminismo afro-latino-americano colocando em evidência o legado de luta, a partilha por caminhos de enfrentamento ao racismo e ao sexismo já percorridos. Assim, mais do que compartilhar experiências e colonialismo, essas mulheres partilham processos de resistência.

Lélia Gonzalez tem como proposta a decolonização do conhecimento, refuta qualquer neutralidade epistemológica. Reflete que a linguagem dominante pode ser usada como estratégia de manutenção do poder, pois desqualifica outros modos de linguagem, próprios de pessoas que não acessaram oportunidades educacionais de qualidade dentro de um sistema justo. Dependendo de como se utiliza a linguagem, esta pode representar um entrave para o entendimento e criar espaços de poder, além de impedir que se construa uma educação transgressora. O que se tem aqui é a valorização dos saberes dos povos originais e de todos os povos que foram submetidos à colonização (Ribeiro, 2017).

O Feminismo LGBT busca se incluir em alguns padrões heterossexuais, pois mesmo assumindo-se como lésbicas, gays e trans, procuram o casamento obrigatório, a adoção de crianças e o reconhecimento do Estado frente as suas identidades e modo de vida. Não questionam a heterossexualidade como regime de poder e ideológico.

Para Ochy Curiel (*apud* TEIXEIRA, 2017, p.112) o Feminismo Lésbico Decolonial tem como objetivo acabar com todas as opressões desumanas que se fazem a muitas pessoas. A heterossexualidade não é apenas convivência de casais de sexos diferentes, “mas como uma forma de

apropriação da vida das mulheres, dos corpos, incluindo a apropriação do trabalho”. Em sua obra “La Nación Heterossexual” a proposta não é apenas para feministas, mas para movimentos sociais, pois a ideia é que entendam como funciona o regime da heterossexualidade e seu poder, para que o combate a isso possa ser “de corresponsabilidade de todo aquele que se propõe a uma transformação social”.

Curiel (*apud* Teixeira, 2017, p.112) fala do regime heterossexual como “complexidade das relações sociais, econômicas, políticas, subjetivas, interpessoais. Acredito quando se diz que o regime de heterossexualidade gera um binarismo”. Continua Curiel (*apud* Teixeira, 2017, p.113):

[...] não se trata somente de como a sociedade separa homens e mulheres e os torna homogêneos. É dizer, qual o tipo de relação social que há nesse regime, que fundamentalmente é a apropriação. E essa apropriação é de alguns corpos específicos – mais especialmente, nesse caso, dos nossos, que fomos construídas como mulheres, lembrando que algumas de nós, lésbicas, também reproduzimos isso em nossas relações. Essa apropriação está dentro e atua na dimensão jurídica e econômica. Isso era algo que me interessava visualizar: o potencial que tem essa categoria e essa proposta para entender como temos reproduzido o racismo.

O racismo é estrutural, localizado, contextualizado, assim como é o funcionamento do regime de heterossexualidade. (...) E para mim, creio que uma das coisas que faltam ao feminismo, a nível geral, é compreender essa dimensão estrutural desse regime.

Curiel (*apud* Teixeira, 2017, p.116) questiona:

Quem produziu a negra? Teríamos de nos perguntar, em uma proposta política de transformação. Quem produz a mulher? Quem produz o pobre? Fundamentalmente são os regimes de opressão. A interseccionalidade não dá conta, não chega a essas análises e coloca as diferenças como quase inatas, já dadas.

Importante pôr em relevo que há autoras que, embora concordem que a interseccionalidade não dá conta de chegar em análises críticas, dizem ser este um conceito importante e útil para o entendimento da complexidade desta questão.

O Feminismo Decolonial luta pela transformação social, pela eliminação de uma matriz que tem o poder de julgar quais saberes são válidos ou não; quais corpos são humanos ou não. Esta é uma luta por justiça social, emancipação e liberdade. É um feminismo que veio para atender 99% da população. Petrone traz no prefácio da obra “Feminismo para os 99%: Um Manifesto, de autoria de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser publicado em 2019, onze teses que fundamentam esta luta. Vejamos quais são as teses apontadas por Petrone (2019):

1) Uma nova onda feminista está reinventando a greve; 2) O feminismo liberal está falido. É hora de superá-lo; 3) Precisamos de um feminismo anticapitalista – um feminismo para os 99%; 4) Vivemos uma crise da sociedade como um todo – e sua causa originária é o capitalismo; 5) A opressão de gênero nas sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social à produção que visa ao lucro. Queremos subverter as coisas na direção certa; 6) A violência de gênero assume muitas formas, sempre enredadas nas relações sociais capitalistas. Prometemos

combater todas elas; 7) O capitalismo tenta regular a sexualidade. Nós queremos libertá-la; 8) O capitalismo nasceu da violência racista e colonial. O feminismo para os 99% é antirracista e anti-imperial; 9) Lutando para reverter a destruição da Terra pelo capital, o feminismo para os 99% é ecossocialista; 10) O capitalismo é incompatível com a verdadeira democracia e a paz. Nossa resposta é o internacionalismo feminista; 11) O feminismo para os 99% convoca todos os movimentos sociais a se unir em uma insurgência anticapitalista comum.

Na obra “Memória Feminina: mulheres na história; história de mulheres” de Assis e Santos (2016) encontramos referência a tantas mulheres que foram protagonistas da história e que nos mostram uma herança feminina importante que temos de cuidar e preservar. Elas estavam e estão em várias áreas como pintura, escultura, poetas, escritoras de contos, romances, dramaturgia, ciências, docência, política, música etc. e que se rebelaram e lutaram por uma causa coletiva comum: emancipação feminina, liberdade, igualdade de direitos. Abaixo trouxemos algumas delas:

- Tarsila do Amaral se destacou na pintura com estilo modernista e por acreditar que sua arte tinha algo a dizer, foi buscar com uma liberdade incomum, seu destino. Seu nome reverbera além das fronteiras de seu país (ABREU, 2016, p.72).
- Djanira Motta e Silva artista que trabalhou com pintura, artesanato, desenho, ilustração e cenografia brasileira. E nas palavras de Mario Pedrosa “Djanira é a terra, que enquanto *mater*; dá e rouba vidas, mas, sobretudo, alça os seres humanos aos sonhos” (GOMES, 2016, p.).
- Margarida Maria Alves foi uma referência na organização das trabalhadoras rurais e que carregou uma história de resistência à ordem do mundo. É protagonista que inspira a Marcha das Margaridas, movimento que luta pelo sonho de uma vida melhor, reivindicando direitos e denunciando o projeto neoliberal que tem deixado a tempos um rastro de fome, pobreza, violência sexista e barbárie. Foi assassinada por enfrentar forças do poder dominante com sua atuação (Aguiar, 2016).
- Nise da Silveira formada em medicina, foi a única mulher de sua classe nos anos de 1920. Produziu reflexões originais para o estudo psicológico e psiquiatra vinculando a arte à necessidade de expressão dos seres humanos enclausurados na esquizofrenia. Tornou-se referência nos estudos de saúde mental e psiquiatria no Brasil.
- Leila Diniz professora do maternal e jardim de infância, torna-se atriz e divide-se entre o cinema, o teatro e a televisão. Tornou-se símbolo da rebeldia e anseio de liberdade da mulher brasileira, quebrando padrões de comportamento pré-estabelecidos e revolucionando o modelo tradicional de mulher no Brasil (Godinho, 2016, p. 20).

Ao longo do texto trouxe fragmentos de poesias de escritoras brasileiras de variadas origens a fim de reafirmar a riqueza do pensamento feminino em nosso Brasil. Espero com isso fortalecer



os laços que nos unem e suscitar o reconhecimento da sensibilidade, inteligência, conhecimento e força das mulheres. Não podemos esquecer jamais que nossa contribuição para a sociedade brasileira e demais sociedades pelo mundo foi e é inestimável. Obviamente, muitas e muitas personalidades não foram citadas aqui, e a razão é que são tantas, que é impossível homenageá-las todas em um só texto.

2 A RIQUEZA BRASILEIRA EXPRESSA PELAS MULHERES NO PENSAR, NO SENTIR, NOS SEUS FEITOS E EM SUAS MILITÂNCIAS

A mulher que ouve sua intuição, que percebe os seus sonhos, que ouve a voz interior das velhas e das mulheres guerreiras de sua ancestralidade e que possui o olhar suspeito dos desconfiados, essa sim, é uma ameaça ao predador natural da história e da cultura.

Eliane Potiguara

Eliane Potiguara como primeira escritora indígena no Brasil recebeu em dezembro de 2021 o título “Honoris Causa” da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Embaixadora Universal pela Paz em Genebra, Suíça. É professora, escritora, poeta, ativista, empreendedora social. Formada em Letras pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro - e extensão em Educação e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Ouro Preto -UFOP-. É contadora de histórias. Participou de vários seminários sobre Direitos Indígenas na ONU, organizações governamentais e Ongs nacionais e internacionais. Eliane Potiguara foi nomeada uma das “Dez Mulheres do Ano de 1988”, pelo Conselho das Mulheres do Brasil, por ter criado a primeira organização de mulheres indígenas no Brasil: GRUMIN (Grupo Mulher-Educação Indígena), e por ter trabalhado pela Educação e integração da mulher indígena no processo social, político e econômico no país e trabalhado na elaboração da Constituição Brasileira. Publicou sete livros e teve textos publicados em diversos *sites*, antologias e *e-books* nacional e internacional. Premiada pelo Pen Club da Inglaterra e Fundo Livre de Expressão (USA). Autora de “Metade Cara, Metade Máscara” (Potiguara, s/d).

Eliane Potiguara nesta obra fala de como os corpos das mulheres indígenas foram vistos pelo colonizador. Enfatiza que falar de corpos femininos indígenas é tratar da história do Brasil, dos corpos das mulheres no Brasil, da miscigenação e da violência impetrada a esses até nossos dias. Seu trabalho é de extrema relevância para trazer a tradição indígena para a visibilidade e mostrar a importância de seu modo de viver, pensar e sentir que podem sim, transformar as sociedades em um lugar de convivência pacífica em que a felicidade possa ser construída na proporção em que se religa o ser humano às matas e florestas, ao meio ambiente e a toda espécie de vida.

A epígrafe nos chama a atenção por revelar a estreita ligação com os antepassados, o conhecimento ancestral de sensibilidade e intuição, de autoconhecimento que não se pode negligenciar, pois corremos o risco de ser alvo de abate quando se perde o “olhar suspeito dos desconfiados” tão caro para a preservação de nossa existência e dos demais.



Nós vemos as mulheres como começo de tudo, não dá para vir ao mundo se não for através do ventre de uma mulher. Essa relação com a terra está diretamente relacionada. As nossas veias do corpo podem ser comparadas, na natureza, com as raízes, que é onde as árvores se firmam. Se observarmos cada parte do nosso corpo tem algo semelhante com a natureza. Esse jeito de se envolver com a natureza, (...), é muito mais do que uma relação de objetos. Ao lidar com um animal não estamos lidando com um objeto, ao lidar com outra pessoa não estamos lidando com um objeto, estamos lidando com coisas sagradas.
Raquel Kubeo

Raquel Kubeo nos fala dos 520 anos de resistência e luta da mulher indígena pela decolonização. Mulheres são a metade da população indígena e sofrem as violências que todas as demais mulheres passam. Em relatório divulgado pela ONU há cerca de uma década, mulheres indígenas têm mais chance de serem estupradas que outras e, que via de regra, o agressor não é da família nem alguém próximo. Essa violência vem marcada de preconceito, assédio e invisibilidade desse povo e dessas mulheres que lutam incansavelmente pela legalização de suas terras, direito esse garantido constitucionalmente, e recorrentemente violado com anuência do Estado e dos interesses de grupos poderosos política e economicamente (Marko; Reinholz, 2020).

Raquel Kubeo estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS - descende das etnias Tukanos e Kubeo, de linhagem materna, nasceu no Amazonas. Formada em Pedagogia, atualmente é mestre em Educação Inclusiva na UFRGS. O sistema de cotas favoreceu o acesso à universidade, já que muitas mulheres indígenas, em função de trabalho precarizado semelhante à escravidão não conseguem estudar. Fala sobre a dificuldade até recentemente de uma criança indígena ter em seu nome a denominação étnica, como é de sua cultura, pois as leis da sociedade civil não aceitam o nome indígena. A luta indígena se soma as lutas pela educação, saúde, direitos humanos, materialização de direitos conquistados na lei, preservação do meio ambiente, alimentação sem veneno, dentre outras que são pautas coletivas e que abrangem o interesse da sociedade civil, da população nacional. Raquel fala ainda da atuação intensa de mulheres indígenas na universidade como Alice Martins da etnia Guarani e Iracema Nascimento (Marko; Reinholz, 2020).

Ao tratar do machismo observado e vivido em aldeias, Raquel Kubeo diz que é consequência do patriarcado herdado da cultura branca ocidental. Por ocasião do contato entre as culturas branca europeia e a indígena os assuntos diplomáticos, de lideranças, esses eram conversados somente com homens da aldeia. Ensinam para as crianças que os homens são superiores, serão as lideranças, e as mulheres são inferiores. No entanto, diz ela que dentro dos territórios indígenas é muito mais forte a atuação das mulheres na resistência, pois mesmo com todo o sofrimento e genocídio conseguem manter essa tradição. O dia da mulher indígena é dia 05 de setembro. O dia 8 de março é mais um dia de luta e resistência para tornar visível a importância e o valor da mulher, bem como, lutar pela sua dignidade (Marko; Reinholz, 2020).



Ao abdicar da ideia de que faz parte da natureza, o homem urbano perdeu a capacidade de ler os seus sinais. Por isso quase todas as suas tentativas de domesticá-la terminam em destruição. A terra é o espírito e o corpo do indígena; sentimos o que ela sente. [...]. E o planeta está febril, começando a entrar em convulsão.

Sonia Guajajara

Sonia Guajajara é nordestina e indígena e compôs, como vice, a chapa que concorreu à Presidência da República com Guilherme Boulos em 2018. Foi a primeira deputada indígena eleita por São Paulo. Hoje no terceiro, 2023 a 2027, mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ela assumiu a pasta do Ministério dos Povos Indígenas, sendo a primeira indígena a ocupar um ministério. Está à frente da Coordenadoria executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB – e é uma das maiores lideranças ambientais do país, unificando mais de 305 povos em torno de pautas que combatem os interesses dos setores mais poderosos da sociedade brasileira. É da etnia Guajajara/Tentehar, e habita a Terra Indígena Arariboia, no Maranhão. Formada em Letras e Enfermagem, fez pós graduação em Educação Especial. Constituiu-se militante indígena desde sua juventude e luta pelas causas referentes ao meio ambiente. É resistência contra projetos que retiram direitos indígenas e ameaçam o meio ambiente.

Em 2010, Sonia Guajajara entregou o prêmio Motosserra de Ouro para a então ministra da agricultura Kátia Abreu em protesto contra as alterações do Código Florestal, pois ela tem voz no Conselho de Direitos Humanos da ONU, e recebeu muitos prêmios e honrarias entregues pela ex presidente Dilma Rousseff (PSOL, 2018).

Sônia Guajajara em 2019 publicou um texto em que trata da urgência em se discutir e tomar providências em relação a questão climática, causada pela ação irresponsável do ser humano e sua lógica capitalista de produção e de organização social. Põe em relevo os diagnósticos sombrios da ciência e afirma que “não são definitivos e que ainda há tempo, mas sabemos que o homem urbano, um dos principais agentes da enfermidade, não vai conseguir curá-lo sozinho”. E diz:

Nós, indígenas brasileiras, queremos ajudar.

Não lutamos somente para que se cumpra o que determina a Constituição de 1988, mas também por um planeta saudável.

Temos a consciência de que pouco adiantaria garantir nosso direito à terra se o resto do mundo fosse devastado.

Queremos cuidar da floresta para todos, porque sabemos de sua importância para a saúde do planeta – e temos o conhecimento necessário para fazer isso. Além das questões humanitária e de Justiça em si, o que acontece com os Wajãpi ou a qualquer outro povo indígena diz respeito a todos.

O movimento de mulheres indígenas cresceu muito nesta década. Pela primeira vez tivemos uma mulher indígena compondo uma chapa presidencial, temos uma indígena no Congresso Nacional, a deputada Joênia Wapichana, e uma mulher, Nara Baré, está à frente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab).

Percebemos que nossa luta não pode ficar restrita ao Brasil. No último Acampamento Terra Livre, realizado em abril, decidimos que em agosto faríamos um encontro de lideranças e ativistas femininas, a Marcha das Mulheres Indígenas. O tema escolhido para o evento foi “Território: nosso corpo, nosso espírito”, pois um dos assuntos centrais será o cuidado com a mãe terra.



O planeta está passando por uma crise sem precedentes e não à toa as mulheres começam a se levantar no mundo inteiro: somos nós quem mais sofremos não só com os efeitos das guerras, da fome, das doenças e a intolerância, mas também das mudanças climáticas. A mitologia Munduruku fala de um tempo em que as mulheres mandavam. Não queremos mandar, queremos ser ouvidas (Guajajara, 2019).

Márcia Wayna Kambeba pertence a etnia Omágua/Kambeba, nascida na aldeia ticuna, em Belém do Solimões, Amazonas. Por influência de sua avó que era professora e poeta, aos quatorze anos Marcia inicia na escrita de seus primeiros versos.

É poeta e geógrafa graduada pela UEA – Universidade Estadual do Amazonas -, especialista em Educação Ambiental e em seguida fez mestrado tratando da cultura do povo Kambeba desde o século XVI até os dias atuais na UFAM – Universidade Federal do Amazonas. Hoje reside no Pará e tem uma carreira artística com poesias que fala da violência contra os povos indígenas, além dos conflitos gerados pela vida na cidade. Transformou sua dissertação de mestrado em poesia. O poema “Ser Indígena, Ser Omágua” nasceu deste trabalho (Kambeba, 2021), que trago a seguir:

Ser Indígena, Ser Omágua

Sou filha da selva, minha fala é Tupi.
Trago em meu peito,
as dores e as alegrias do povo Kambeba
e na alma, a força de reafirmar a nossa identidade que há tempo ficou esquecida,
diluída na história.
Mas hoje revivo e resgato
a chama ancestral de nossa memória.
Sou Kambeba e existo sim. No toque de todos os
tambores
Na força de todos os arcos,
No sangue derramado que ainda colore
Essa terra que é nossa.
Márcia Kambeba

Marcia Kambeba resgata em seu trabalho:

... a mulher de diversas formas, como escritora, cantora, contadora de história, líder, sábia e guardiã da floresta. Quanto ao feminismo, embora não o enxergue na cultura indígena, acredita que o feminino é muito presente: há um cenário que permite que a mulher, porta-voz e representante da nação, se apresente de várias formas (Kambeba, 2021).

Esta consciência coletiva e de ligação entre tudo e todos é necessária e a única capaz de transformar radicalmente as condições de existência de milhões de pessoas pelo mundo, bem como, reverter as graves degradações a que o meio ambiente sofreu há séculos até hoje.

Vozes de mulheres

A voz de minha bisavó ecoou criança
nos porões do navio ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó ecoou obediência
aos brancos – donos de tudo.



A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si as vozes mudas e caladas.

A voz de minha filha
recolhe em si a fala e o ato
a ordem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância
o eco da vida – liberdade.

Conceição Evaristo
Poemas da recordação e outros movimentos (2008).

Conceição Evaristo nascida em Belo Horizonte teve sua infância e adolescência marcada pela miséria, tendo vivido neste período na favela denominada de Pindura Saia na capital mineira. É graduada em letras pela UFRJ. Em 1990 teve alguns poemas incluídos na Coletânea Cadernos Negros volume 13 onde divulgou seu trabalho de produção afro-brasileira em forma de poesia e prosa. Mestre pela PUC do Rio de Janeiro em 1996 e Doutora em Literatura Comparada pela UFF – Universidade Federal Fluminense - em 2011. Teve alguns textos traduzidos para o inglês e francês e em 2018 recebeu o Prêmio de Literatura do Governo de Minas Gerais (Brandino, s/d).

É uma autora de referência importante da literatura brasileira contemporânea. Foi premiada com o prêmio Jabuti nos anos de 2015 e 2019 respectivamente. Trabalhou como professora na rede pública no Rio de Janeiro. É romancista, poeta e contista. A matéria prima de suas obras trata da vivência das mulheres negras trazendo profundas reflexões sobre a desigualdade racial brasileira. Suas obras denunciam opressões e violações raciais e de gênero e busca resgatar a ancestralidade da raça negra apagada pela colonização e escravização do povo negro (Brandino, s/d).

A tontura da fome é pior do que a do álcool.
A tontura do álcool nos impele a cantar.
Mas a da fome nos faz tremer.
Percebi que é horrível ter só ar dentro do estomago.
Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus uma das mais destacadas escritoras negras brasileiras nasceu em Sacramento, Minas Gerais. Filha de uma mulher analfabeta que trabalhava como lavadeira e neta de negros escravizados. Em sua família tinha mais sete irmãos. Com o incentivo de uma cliente de sua mãe, Carolina foi para a escola, frequentando somente dois anos. Mesmo com o pouco tempo de escola passou a gostar de ler e de escrever.

Em 1930 mudou-se para Franca onde trabalhou na lavoura e depois como empregada doméstica. Quando tinha 23 anos sua mãe faleceu e ela decide ir para a capital de São Paulo trabalhando como faxineira e, posteriormente, como doméstica. Foi morar na favela do Canindé e teve três filhos de relacionamentos distintos. Como moradora da favela a noite catava papel e quando encontrava revistas as recolhia e lia. Desenvolveu o hábito de escrever o que vivia diariamente. Passou a sonhar em ser escritora. E assim, certa vez foi até a Redação do Jornal Folha da Manhã com um poema dedicado à Getúlio Vargas. Em seguida seu poema e sua fotografia são publicados no jornal. Em 1958 Audálio Dantas designado pelo Jornal Folha da Noite para fazer uma matéria sobre a favela do Canindé, visita a casa de Carolina e fica encantado com a história de Carolina. Em 1960 foi publicado o seu primeiro livro Quarto de Despejo: Diário de uma favelada editado pelo jornalista Audálio. Seu livro teve muito sucesso permitindo que Carolina saísse da favela. Seguem-se mais três publicações, posteriormente. No entanto, mesmo com o sucesso de seu primeiro livro, a escritora retorna à condição de catadora de papel, voltando a morar na favela. Sua postura e suas obras denunciaram o descaso político com as pessoas em situação vulnerável na sociedade brasileira (LITERAFRO, 2021).

Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito,
impor minha existência numa sociedade
que insiste em negá-la.
Djamila Ribeiro

A gente luta por uma sociedade em que mulheres possam ser
consideradas pessoas,
que elas não sejam violentadas
pelo fato de serem mulheres.
Djamila Ribeiro

Djamila Taís Ribeiro dos Santos é filósofa, ativista social, professora e escritora e uma voz militante de importância singular na sociedade brasileira contemporânea. O movimento feminista entrou na vida da filósofa aos 19 anos, quando conheceu a ONG Casa de Cultura da Mulher Negra, em Santos, onde trabalhou por cerca de quatro anos. Lá teve contato com obras de feministas e de mulheres negras e passou a estudar temas relacionados a gênero e raça. Graduou-se em Filosofia pela UNIFESP – Universidade Federal do Estado de São Paulo, em 2012, e tornou-se mestre em Filosofia Política na mesma instituição, em 2015, com ênfase em teoria feminista. Em 2005, interrompeu uma graduação em Jornalismo. Suas principais atuações são nos seguintes temas: relações raciais e de gênero e feminismo (Abreu, 2019).

É colunista *online* da Carta Capital, Blogueiras Negras e Revista Azmina e possui forte presença no ambiente digital, pois acredita que é importante apropriar-se da internet como uma ferramenta na militância das mulheres negras, já que, segundo Djamila, a “mídia hegemônica” costuma invisibilizá-las (Abreu, 2019).



Foi nomeada secretária-adjunta de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo durante a gestão do prefeito Fernando Haddad. Prefaciou o livro “Mulheres, raça e classe” da filósofa negra e feminista Ângela Davis, obra inédita no Brasil traduzida e lançada em setembro de 2015. Dentre os livros que escreveu estão “O que é um lugar de fala?” em que aborda a urgência da quebra dos silêncios instituídos, trazendo também ao conhecimento do público produções intelectuais de mulheres negras ao longo da história. Outra obra sua foi intitulada “Quem tem medo do feminismo negro? (Abreu, 2019).

Com coragem denuncia o racismo, a desigualdade e a violência recorrente contra negros e mulheres. Sua obra “Pequeno manual antirracista” trata do racismo estrutural nesta sociedade e ganhou o Prêmio Jabuti. Analisa a atuação do Poder Judiciário e diz que este reafirma a tendenciosidade de julgar, pois não conseguiu a imparcialidade necessária quando atua, pois condena jovens negros sem provas, cumprindo uma agenda de encarceramento em massa dos indesejáveis. Propõe que sejam repensadas as formações dadas aos policiais militares, uma vez que para atuar junto a sociedade civil, estas não podem coincidir com o treinamento bélico. É uma grande referência no feminismo negro decolonial.

Preta

Mulher bonita é a que vai à luta!
Quem tem opinião própria e não se assusta.
Quando a milésima pessoa aponta para o seu cabelo e ri
dizendo que ele está “em pé”.
E a ignorância dessa coitada não a permite ver...
Em pé, armado.
Foda-se! Que seja!
Para mim é imponência!
Porque cabelo de negro não é só resistente,
É resistência.
Mel Duarte
(trecho do poema “Menina Melanina”)

Mel Duarte nasceu em São Paulo em 1988 é escritora, *slammer*¹ e produtora cultural. Aos oito anos de idade iniciou sua atuação no mundo literário participando de saraus em sua cidade no ano de 2006. É graduada em Comunicação Social e já atuou na área antes de se dedicar completamente à vida de escritora. (LITERAFRO, s/d).

Publicou em 2013 seu primeiro livro Fragmentos Dispersos. Em 2016 lança a obra “Negra Nua e Crua” que é leitura indicada do Portal Literafro. Venceu o Campeonato Internacional de Poesia o Rio Poetry Slam que integra a FLUP – Festa Literária das Periferias – declarada Patrimônio Cultural de natureza imaterial do estado do Rio de Janeiro., iniciada em 2012. Foi convidada em 2017 a representar a literatura Luso-Afro-Brasileira – Festilab Taag em Luanda, Angola. Seu livro “Negra,

¹ Slammer - nome que se dá a quem participa dos “poetry slams”, ou, em português, batalhas de poesia. ... — No *slam*, você fala o seu poema e recebe uma pontuação, depois tem uma votação que decide se você ganhou ou não.



Nua e Crua” teve tiragem em Espanhol. Mel Duarte é uma das organizadoras da edição paulista do “Slam das Minas” voltado ao gênero feminino. Integrou o coletivo “Poetas Ambulantes”, que distribui e declama poesias nos transportes públicos (LITERAFRO, s/d).

Não te deixes destruir..
Ajuntando novas pedras e construindo novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha um poema. e viverás no coração dos jovens e na memória das gerações que hão de vir.
Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
Toma a tua parte. Vem a estas páginas.
E não entres seu uso aos que têm sede.
Cora Coralina

Cora Coralina (1889-1985) iniciou a escrita de poemas e contos quando de seus 14 anos e os publicou em 1908 no Jornal de poemas “A Rosa” criado com algumas amigas. O seu conto “Tragédia da Roça” foi publicado no “Anuário Histórico e Geográfico do Estado de Goiás, quando usou o pseudônimo de Cora Coralina. Em 1911 foi morar com o seu marido em Jaboticabal, interior de São Paulo. Em 1922 teve o convite para participar da Semana de Arte Moderna, mas foi impedida por seu esposo. Após a morte dele em 1934 tornou-se doceira para sustentar seus quatro filhos. No entanto, não parou de escrever. Em 1934, em São Paulo tornou-se vendedora de livros. Em 1936, morando em Andradina, São Paulo escreve para o jornal da cidade. Em 1951 candidatou-se a vereadora. Em 1959 já com 70 anos foi aprender datilografia para preparar suas poesias e entregar aos editores. Em 1965 conseguiu publicar seu primeiro livro “O Poema dos Becos de Goiás e Estórias Mais”. Em 1970 tomou posse na cadeira n. 5 da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Em 1976 lançou seu segundo livro “Meu Livro de Cordel”. Ao receber elogios do poeta Carlos Drummond de Andrade em 1980 o interesse do grande público desperta para seus trabalhos. Foi agraciada com o título Doutor Honoris Causa pela UFG – Universidade Federal de Goiás (Frazão, s/d).

Suas obras são marcadas pela poética do cotidiano e pela singeleza das coisas pequenas (Fuks, s/d).

Dilma Rousseff (1947) nascida em Belo Horizonte (MG) desde adolescente interessou-se pelos ideais socialistas e trazia indignação a respeito da desigualdade e das injustiças históricas que ocorrem cotidianamente no país. Lutou intensamente contra a Ditadura Militar tendo sido presa e torturada. No entanto, mostrou-se sempre uma mulher forte de fibra e de muita dignidade e lealdade aos seus princípios éticos. Em 1977 formou-se em economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Entrou na política no estado do Rio Grande do Sul filiando-se ao PDT. Foi Secretária da Fazenda do Governo Municipal de Porto Alegre entre os anos 1985 e 1988. No início dos anos 1990 atuou como presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

Em 1993 tornou-se secretária de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul, no governo de Alceu Colares. De 1999 a 2002, foi Secretária de Minas e Energia do governo daquele estado. Em 2001, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), quando esse era presidido por Luís Inácio Lula da Silva e Foi uma das mentoras do plano de governo. Atou como ministra de Minas e Energia na gestão presidencial do PT até 2005. (Frazão, s/d). É a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente da República em 2010 e foi reeleita em 2014. Em 2016 o Brasil sofreu mais um golpe de Estado, pois alegaram as elites conservadoras que a presidente teria cometido irregularidades. No entanto, os movimentos políticos que decorreram deste *impeachment* e a depredação nacional nos revelam de forma intensa e clara que, mais uma vez, o país foi vitimado por forças colonizadoras externas, que visam se apropriar das riquezas nacionais, aumentando a pobreza do povo brasileiro. Além disso, a mentalidade que impera no Congresso Nacional Brasileiro é machista, retrógrada, subserviente aos interesses estadunidenses, sem qualquer sentimento de apreço pelo povo brasileiro e pelo Brasil, como já denunciado pelo sociólogo Jessé de Souza na obra “A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato (2017)”.

Minha mãe achava estudo a coisa mais fina do mundo.
Não é.
A coisa mais fina do mundo é o sentimento.
Aquele dia de noite, o pai fazendo serão, ela falou comigo:
Coitado, até essa hora no serviço pesado!
Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente. Não me falou em amor, essa palavra de luxo.
Adélia Prado

Adélia Prado (1935) nascida em Divinópolis (MG) e em 1953 formou-se professora. Posteriormente graduou-se em Filosofia em 1973. Seus primeiros poemas foram publicados no Jornal de Divinópolis e de Belo Horizonte. Em 1975 enviou os originais de seus novos poemas para o crítico literário Affonso Romano de Sant’Anna, que entregou a Carlos Drummond de Andrade para sua apreciação. Encantado com o trabalho Drummond o enviou para a Editora Imago. Naquele mesmo ano foi publicado o livro “Bagagem” com seus poemas. Em 1978 conquista o Prêmio Jabuti com a publicação de “Coração Disparado”. Passou a se dedicar em 1979 somente a sua carreira como escritora publicando em prosa: “Solte os Cachorros” (1979) e “Cacos Para Um Vitral” em 1980. Neste mesmo ano dirigiu o grupo teatral amador “Cara e Coragem” na montagem da peça “O Auto da Compadecida” de Ariano Suassuna. Em 1981, dirigiu a peça “A Invasão”, de Dias Gomes, e voltou à poesia com “A Terra de Santa Cruz”. Ainda em 1981 foi apresentado no Departamento de Literatura Comparada da Universidade de Princeton o primeiro de uma série de estudos sobre a obra de Adélia Prado (Frazão, s/d).

Entre 1983 e 1988. Adélia exerceu a função de Chefe da Divisão Cultural da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Divinópolis. Em 1985, Adélia participou, em Portugal, de um

programa de intercâmbio cultural entre autores brasileiros e portugueses. Em 1988 apresentou-se em Nova York na Semana Brasileira de Poesia, promovida pelo Comitê Internacional pela Poesia. Em 1993, Adélia voltou para a Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis. Estreou em teatros do SESC em Belo Horizonte, São Paulo e no Rio de Janeiro. As características de sua obra são linguagem direta, despojada que recria as preocupações e a vida do interior mineiro. Foi consagrada a voz mais feminina da poesia brasileira (Frazão, s/d).

Chiquinha Gonzaga (1847-1935) foi compositora, pianista e maestrina. Filha de militar, sua mãe era mestiça e seus avós foram escravizados. Teve acesso à educação de qualidade e desde criança era fascinada por música. Casou-se duas vezes, no primeiro teve três filhos e no segundo teve um filho. Os casamentos não deram certo, mas realizou seu sonho que era viver de música. Viajou pelo Brasil, compôs e deu aulas de piano. A famosa marchinha de carnaval “Ô Abre Alas que eu quero passar” é de sua autoria. Dentre as suas obras estão: Lua Branca; Catita; Flor de Espuma; Sultana. Sua personalidade era de pessoa bem decidida e que sabia tanto o que queria como o que não queria. Impressiona ainda hoje pela delicadeza de suas obras e por sua originalidade.

Sonhe

Seja o que você quer ser,
Porque você possui apenas uma vida
e nela só tem uma chance
de fazer aquilo que quer. [...]
Clarice Lispector

Clarice Lispector (1925-1977) nascida na Ucrânia, naturalizou-se brasileira, formou-se em Direito, escreveu romance, contos e poemas. Considerada um dos maiores nomes da literatura brasileira. Descendente de judeus, estudou e falou vários idiomas como português, francês, hebraico e ídiche, estudou piano. Com a morte de seu pai em 1940 começou sua carreira de jornalista. Nos anos seguintes trabalha como redatora e repórter na Agência Nacional, no Correio da Manhã e no Diário da noite. Em 1943 casou-se com um diplomata. Viveu em vários países. Recebeu vários prêmios dentre eles o Prêmio da Fundação Cultural do Distrito Federal e o Prêmio Graça Aranha. Dentre suas obras encontramos: Perto do Coração Selvagem (1942); O Lustre (1946); A Cidade Sitiada (1949); Laços de Família (1960); A Maçã no Escuro (1961); A Legião Estrangeira (1964); A Paixão Segundo G.H. (1964); O Mistério do Coelho Pensante (1967).

Muitas outras personalidades poderiam ter sido citadas, mas como sinalizei no início deste texto, não seria possível, pois em todos os tempos mulheres deixaram suas marcas e transformações com suas atuações diárias fazendo tensionamentos, lutas sociais de diversas dimensões e de importância inestimável.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos muitas e estamos em todos os lugares, umas se projetaram e ganharam visibilidade na arena social, outras tantas contribuíram e contribuem com a dinâmica do mundo, atuando incansavelmente no cotidiano, na invisibilidade da vida pública, mas suas ações, suas presenças oferecem outros contornos por onde passam. Em toda a história da humanidade, mulheres de todas as classes sociais lutaram contra as opressões de seu tempo, reivindicaram direitos, morreram assassinadas por esta ousadia reivindicatória, porém este legado nos inspira até hoje a continuar defendendo relações equitativas, de respeito, solidárias para que seja possível a construção de um mundo verdadeiramente democrático em que possamos todas e todos sermos felizes. Todas nós trazemos a marca da resistência em nossas histórias, inspiradas pelo sonho de liberdade, equidade, emancipação, solidariedade, felicidade e realização plena em nossas vidas.



REFERÊNCIAS

ABREU, Laura. Le Monteau Rouge. O autorretrato de Tarsila. In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (orgs.). Memória Feminina: mulheres na história, história das mulheres. Recife. Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2016. pp. 67-73.

ABREU, Carolina. Mulheres na Ciência: O Futuro é Feminino. Disponível em: <https://mulheresnaciencia.com.br/mulheres-em-todas-as-cores-djamila-ribeiro/> Acesso fev.2022.

AGUIAR, Vilenia V.P. Margaridas seguem em marcha... In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (orgs.). Memória Feminina: mulheres na história, história das mulheres. Recife. Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2016, pp. 111-119.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019. Coleção Femininos Plurais.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA; FRASER, NANCY. Feminismo para os 99%: Um Manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (orgs.). Memória Feminina: mulheres na história, história das mulheres. Recife. Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Mem%C3%B3ria-feminina-mulheres-na-hist%C3%B3ria-hist%C3%B3ria-de-mulheres.pdf> Acesso em abr. 2021.

BARBI, Ana Paula; AVERBUCK, Clara; MESSIAS, Mary. Lugar de Mulher É Onde Ela Quiser. E-book. 2015.

BOUTELDJA, Houria. Raça, classe e gênero: uma nova divindade de três cabeças. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 2, n. 2, p. 8, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/20686> Acesso em set. 2021.

BRANDINO, Luiza. Conceição Evaristo. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/conceicao-evaristo.htm> Acesso em 24 de fevereiro de 2022.

CERQUEIRA, Daniel (et. al). Atlas da Violência. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf> Acesso em fev. 2022.

DAVIS, Ângela. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitempo 2017.

DIANA, Daniela. Vida e Obra de Clarice Lispector. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/vida-e-obra-de-clarice-lispector/> Acesso fev.2022.

DIREITOS DAS MULHERES O QUE SÃO E COMO SURGIRAM. Projeto Equidade. Parceria entre o Politize e o Instituto Mattos Filho. Youtube. 9:55s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wQHeL2hHe7g> Acesso em fev. 2022.

FRAZÃO, Dilva. Adélia Prado, escritora brasileira. Biografia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/adelia_prado/#:~:text=Ad%C3%A9lia%20Prado%20nasceu%20em%20Divin%C3%B3polis,m%C3%A3e%20escreveu%20seus%20primeiros%20versos. Acesso fev. 2022.



FRAZÃO, Dilva. Dilma Rousseff, economista e política brasileira. Biografia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/dilma_rousseff/ Acesso em fev. 2022.

FRAZÃO, Dilva. Cora Coralina, escritora. Disponível em: https://www.ebiografia.com/cora_coralina/ Acesso fev.2022.

FUKS, Rebeca. As 17 mulheres brasileiras que mais influenciaram nosso país. Disponível em: https://www.ebiografia.com/mulheres_brasileiras_importantes/ Acesso em jan.2022.

GOMES, Daniela Matera Lins. Djanira: cronista de ritos, pintora de costumes. In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (orgs.).

Memória Feminina: mulheres na história, história das mulheres. Recife. Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2016. pp. 27-33.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf Acesso em fev. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. São Paulo Zahar Editora, 2020.

KAMBEBA, Marcia Wayna. Mulheres de Luta. 2021. Disponível em: <https://www.mulheresdeluta.com.br/marcia-wayna-kambeba/> Acesso em 24 fev. 2022.

LITERAFRO. O Portal da Literatura Afro-Brasileira. Carolina Maria de Jesus. 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus> Acesso fev. 2022.

LITERAFRO. O Portal da Literatura Afro-Brasileira. Mel Duarte. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/1217-mel-duarte> Acesso fev.2022.

MARKO, Katia; Fabiana REINHOLZ. Entrevista com Raquel Kubeo. Mulheres Indígenas: 520 anos de resistência e luta pela descolonização. Porto Alegre. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/20/mulheres-indigenas-520-anos-de-resistencia-e-luta-pela-descolonizacao> Acesso em 24 fev. 2022.

MARCELLO, Carolina. 12 escritoras negras que você precisa ler. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/escritoras-negras/> Acesso em 24 fev. 2022.

PEDRO, Joana Maria. Lugar de Mulher é onde ela quiser: Sem Limites. Entrevista de Joana Maria Pedro a Marina Lemle. *Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 2018.

POTIGUARA, Eliane. Literatura Indígena: um pensamento brasileiro. Disponível em: <http://www.elianepotiguara.org.br/s/d>.

PSOL. Socialismo e Liberdade. Conheça Sônia Guajajara, primeira indígena em uma pré-candidatura presidencial. 2018. Disponível em: <https://psol50.org.br/conheca-sonia-guajajara-primeira-indigena-em-uma-pre-candidatura-presidencial/>

RIBEIRO, Djamila. O que é: Lugar de Fala? Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2017. Coleção Feminismos Plurais.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.



TEIXEIRA, Analba Brazão; SILVA, Ariana Mara da; FIGUEIREDO, Ângela. Um diálogo decolonial na cidade de Cachoeira/BA Entrevista com Ochy Curiel. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 3. n. 4, p. 106-120, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgenvid/article/view/24674/15431>